



ANGOLA

Uma nova política dos Estados Unidos para a África?

O recente reconhecimento do governo de Angola, liderado pelo MPLA, pelos Estados Unidos sinaliza um início de mudança da política americana não só para Angola como, provavelmente, para toda a África, especialmente a África Austral. Essa região possui uma das maiores reservas mundiais de minerais estratégicos que, mesmo nestes tempos de intensa revolução tecnológica, continuam sendo necessárias. Acresce ainda a importância política que a região austral mantém.

A transição por que passam os países da região a caminho da democracia se apresenta, sobretudo na África do Sul, como uma situação especialmente delicada. A marcha para o desmantelamento do *apartheid* ainda não ultrapassou de todo o risco de uma explosão racial. Ao mesmo tempo, o modo como forem acatados os resultados das eleições em Angola, e mantida a unidade nacional do país, influenciará um processo semelhante que está em início de curso em Moçambique e o que virá a acontecer, embora com processo diverso, na África do Sul.

Os tempos mudaram. Na época da guerra fria, especialmente depois dos meados dos anos 70, quando ela atingiu em cheio a África, qualquer conflito no continente era enquadrado pelos americanos no confronto geral Leste-Oeste, em vez de ser analisado na sua especificidade e num quadro regional. Imperava uma política "globalista" que levava Washington a apoiar ditadores e governos racistas. Isso contrariava a imagem que os Estados Unidos pretendiam exibir para o mundo como bastião da democracia e, até mesmo, prejudicava seus próprios interesses, se encarados de modo mais abrangentes e duradouros. O Zaire, a Libéria e a Somália são exemplos dessas ditaduras que acabavam redundando em conflitos e caos. Os governos racistas da África Austral contaram durante muito tempo com a cumplicidade americana, embora seja de lembrar que uma mudança posterior da atitude de Washington contribuiu para as independências do Zimbábue e da Namíbia e para as reformas na África do Sul.

Na verdade, os problemas da África subsaariana não estavam, até me-

dos dos anos 70, entre as prioridades de Washington. Era mais ou menos implícito que os interesses do Ocidente nesse continente estavam entregues à França e à Inglaterra nas respectivas áreas dos seus antigos impérios. A falta de apetite dos britânicos e sua insuficiência de meios, bem como suas relações especiais com Washington, levaram os americanos a ter interesses pontuais em alguns países anglófonos mais importantes, como a Nigéria e o Quênia, e a concentrar metade dos seus investimentos para o continente na África do Sul.

A independência de Angola, em 1975, se fez acompanhar de uma invasão sul-africana e da intervenção cubano-soviética, desestabilizando assim o *statu quo* geopolítico da África Austral. Os Estados Unidos passaram a participar no conflito que se estendeu durante 16 anos na região, apoiando, entre outras forças, a Unita com meios políticos, econômicos e militares.

A queda do muro de Berlim e fatores político-militares atuantes no interior da região livraram a África Austral do velho confronto Leste-Oeste e foi nessa região que se viu, pela primeira vez, os Estados Unidos e a então União Soviética colaborarem estreitamente no estabelecimento de um programa de paz e de reformas.

Com a nova situação mundial, a África perdeu muitas de suas vantagens econômicas e geopolíticas. Vários círculos norte-americanos passaram a considerá-la como um *continente perdido*. Essa visão parece estar sendo reformulada. Em fevereiro passado, uma reunião especial da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados norte-americanos considerou como erradas as políticas africanas implementadas pelos governos Reagan e Bush. A Comissão considerou que o continente, com a sua meia centena de matérias-primas estratégicas e 700 milhões de consumidores potenciais, pode colaborar para o reacendimento da economia americana, além de fornecer ótimos portos de escala, situados em rotas importantes do comércio mundial. Assim, a política americana nesta nova fase deveria visar primordialmente favorecer a estabilidade política num quadro democrático e, naturalmente, a economia de

mercado.

Nessa linha de pensamento, o embaixador dos Estados Unidos em Pretória já se referia, em outubro de 1991, à África Austral dizendo que "em nenhum momento anterior esta região se beneficiou de um conjunto de circunstâncias tão favoráveis, tanto a nível global quanto regional".

É nesse contexto mais amplo que pensamos deva ser analisado o reconhecimento, pelos Estados Unidos, do governo de Luanda, liderado pelo MPLA, partido vitorioso nas eleições de setembro de 1992.

José Maria Nunes Pereira

NESTA EDIÇÃO

ANGOLA:

- Todos à espera da Unita (Pág. 3)
- Washington vai reconhecer Luanda ● (Pág. 3)
- Unita opõe-se a substituto de Anstee (Pág. 3)
- Separatismo lunda (Pág. 4)
- A vingança dos ovimbundos (Pág. 4)
- Unita atrasada (Pág. 5)
- As dúvidas do Huambo (Pág. 6)
- Saida das cidades trava acordo (Pág. 6)
- A batalha de Abidjan (Pág. 7)
- Governo contra-ataca (Pág. 8)
- Ruínas de guerra (Pág. 9)
- Capacetes azuis prontos para Angola (Pág. 10)
- ONU encosta Savimbi à parede (Pág. 11)
- Unita 'surpreendida' com ultimato da ONU (Pág. 11)
- Kissinger pretende reconhecimento de Angola (Pág. 11)

MOÇAMBIQUE:

- "Há muita gente a cair em tentação" (Pág. 12)
- "O governo da Frelimo não oferece confiança" (Pág. 12)
- Promessas (Pág. 13)

ÁFRICA DO SUL:

- Neto de Verwoerd vota ANC (Pág. 14)

ANGOLA

Savimbi provoca reconhecimento do governo de Angola pelos EUA

As conversações em Abidjan entre o governo de Angola e os rebeldes da Unita terminaram com a negativa de Savimbi em aceitar o protocolo preparado pela *troika* de mediadores. Obedecendo às resoluções do Conselho de Segurança da ONU, o protocolo obrigava a Unita a retirar suas tropas pelo menos das cidades ocupadas. Três dias depois, em 19 de maio, o governo americano formalizou o reconhecimento do governo de Angola, presidido por José Eduardo dos Santos. Os Estados Unidos foram a última potência a fazê-lo.

Esse reconhecimento se constituiu no maior fracasso político sofrido até agora pela Unita. Ela não se apercebeu que estava ultrapassando os limites que os Estados Unidos, seu velho aliado, poderiam suportar face à pressão interna e externa a favor do reconhecimento. Durante as negociações, os representantes americanos remanescentes do governo Bush foram sendo substituídos. O mais

próximo aliado da Unita, Jeffrey Davidow, que até então chefiava a representação americana nas negociações anteriores, foi substituído em Abidjan pelo embaixador local, Edmund Djarnette, já apontado como provável embaixador em Luanda. A influência de Gerald Bender, o especialista americano que mais conhece Angola e que desde 1960 mantém contato com o MPLA, começou a fazer-se sentir junto ao presidente Clinton.

Na verdade, os Estados Unidos retardaram o reconhecimento de Angola, que seria feito após as eleições como forma de pressionar o governo do MPLA a abrir cada vez mais espaço para a Unita. O ex-partido único marxista joga hoje a carta da Europa Ocidental, que não é a mesma dos norte-americanos. Contudo, a credibilidade do governo de Luanda é tanta, face à truculência da Unita, que até Kissinger assinou manifesto em favor do reconhecimento.

Savimbi interpretou a "moratória"

americana como um aval para a sua campanha militar, que culminou com a tomada de Huambo. Seus aliados africanos, como o presidente da Costa do Marfim, Houphouët-Boigny, o aconselhavam a traduzir essa vitória militar num adequado ganho político. Num dado momento, Savimbi pareceu aceitar a idéia, mas o vezo revanchista prevaleceu e ele recusou o protocolo de Abidjan.

Em contrapartida, o governo de Luanda vem cada vez mais recebendo dividendos pela sua credibilidade e comprometimento político. Entre esses dividendos está o fornecimento aberto de material de guerra. Porque ainda é de guerra a situação atual. Em princípio, as Nações Unidas não poderão enviar os seus 15 mil capacetes azuis sem que os dois litigantes entrem em acordo. Ora, tudo faz crer que, enquanto tiver um resquício de apoio militar, a Unita de Savimbi não cederá.

(JMNP)

MOÇAMBIQUE

Aspectos da política

As eleições gerais estão previstas para antes de 1995, mas um moçambicano cético assim define as bases de apoio dos dois maiores partidos: "Ainda funcionamos muito como tribos. Os pilares da Frelimo assentam hoje nas tribos do sul. Os da Renamo assentam nas tribos do centro". Outra afirmação repleta de ressentimentos é aquela que diz: "O mal da gente do centro é não ter conseguido produzir ministros...". Declarações como essas com certeza alimentarão acirrados debates políticos.

Segundo a atual constituição moçambicana, entre as regras básicas, os partidos políticos não devem ter natureza separatista, discriminatória, antidemocrática, nem ter base em grupos regionalistas, étnicos, tribais, raciais ou religiosos. Mas, abaixo das normas jurídicas, no cotidiano a questão interétnica (e racial) não deve ser negligenciada. Há muito se ressentem que a instrução superior esteja concentrada na região sul do país. Que os administradores, mesmo das mais distantes regiões do norte, têm que ser do sul. É corrente o sentimento negativo de que os homens do sul dominam e ainda não conhecem muito bem o restante do país. Critica-se, em parte por isso, a centralização da política na

capital, pois "o país não é só Maputo como muitos pensam".

Esses elementos podem se tornar espinhosos no sinuoso pano de fundo para o entendimento nacional, pois questionam em parte a harmonia da nação moçambicana. A província ou a região marcam as pessoas em Moçambique. Em diversas ocorrências, a origem do sul ou do norte muitas vezes demarca previamente a defesa ou a acusação. Como se a idéia de nação ainda não estivesse sedimentada, o sentimento de pertencer a uma região ou etnia pode elevar o ressentimento e a divisão entre as pessoas rumo aos particularismos e tradicionalismos. A frágil e recém-nascida política nacional seria, sem dúvida, posta diante de um grande desafio.

A campanha política já começou. Assim, como a Unita em Angola se prontificou a ser porta-voz da "angolanidade", a Renamo, além das acusações de corrupção, acusa o governo da Frelimo de ter destruído e humilhado o poder tradicional, os régulos. Entre as promessas de campanha, disse que irá "reabilitar os régulos porque eles são quem melhor conhece o povo". Em um comício na província de Sofala, em genuíno discurso de palanque, um régulo arrematou, no melhor estilo messiânico,

que Afonso Dhlakama "foi enviado por Deus para salvar o povo moçambicano tal como Moisés foi mandado por Deus para salvar o povo judeu". Há que se temer qualquer tipo de messianismo salvacionista num dos países mais pobres do mundo. Moçambique está asfíxiado pela fome, pelos milhares de mutilados, deslocados, desmobilizados, descrentes, em suma, de diversos tipos de miseráveis. Há desilusão frente à frustrada experiência socializante; expectativa e apreensão diante do processo de paz. Nesse contexto social e político, a bandeira de "moçambicanidade" busca obter os maiores dividendos políticos possíveis.

As primeiras pesquisas de opinião publicadas em Maputo não mais permitem prognosticar através dos números qualquer previsão eleitoral — a Frelimo conseguiria hoje 39,6% dos votos da capital; a Renamo, 14,8%; e 11,6% se distribuiriam pelos demais partidos. Tudo isso porque o país, que futuramente irá se manifestar nas urnas, não é só Maputo, mas um autêntico mosaico de cores, etnias, línguas, culturas, tradições e religiões em busca de soluções para seus inumeráveis e gravíssimos problemas. Esperemos que, ao menos, rejeite qualquer tipo de "despotismo iluminado" (ou "tradicional").

Edson Borges

AMI fala de crianças angolanas de dois anos pesando seis quilos

PÚBLICO, 13 5 93

Todos à espera da UNITA

ADIADO QUATRO vezes desde a interrupção, a semana passada, para que as duas delegações contactassem às respectivas instâncias políticas dirigentes, o recomeço da ronda de Abidjan entre o Governo angolano e a oposição armada está agora prevista para hoje, disse o representante da UNITA na capital da Costa do Marfim.

John Marques Kakumba explicou à agência Lusa que o atraso o regresso da delegação da UNITA — várias vezes previsto esta semana, entre mútuas recriminações — deveu-se à necessidade dos seus companheiros "de mais algum tempo para limar as últimas arestas antes de prosseguirem as reuniões com o Governo, as Nações Unidas e os observadores [Estados Unidos, Portugal e Rússia]".

A delegação da UNITA — que ontem ao fim da tarde ainda não tinha chegado, segundo a Vorgan, a emissora rebelde, porque continuava reunida com a Comissão Política e o Estado-Maior das forças rebeldes — encontrou-se em Kinshasa com o líder da organização, Jonas Savimbi, com quem fez "detalhadamente" o balanço das negociações, sem descurar pormenores e tendo presente uma "resolução urgente do problema [angolano]".

Kakumba disse que a UNITA compreende a "impaciência" da comunidade internacional sobre a assinatura de um cessar-fogo em Angola, mas que este só pode ser conseguido "salvaguar-

dando a honra de ambas as partes, sobretudo os aspectos militares que o rodeiam". E acrescentou: "Cada militar, tanto do Governo como da UNITA, tem de estar consciente que a paragem da guerra significa o reconhecimento de um plano onde ninguém será derrotado e do qual o povo angolano será o grande beneficiado".

A maioria das fontes próximas dos negociadores admitia ontem, segundo a France Presse, a possibilidade de um acordo antes do fim de semana, "talvez mesmo sexta-feira". É que o Presidente da Costa do Marfim, o país que cedeu o seu território para o diálogo inter-angolano, parte amanhã para uma visita oficial a França.

Mas uma fonte oficial da ONU contactada pela Lusa em Abidjan disse que a organização tem preparadas respostas para qualquer eventualidade, incluindo a suspensão do diálogo, caso a UNITA demore a chegar ou não apresente qualquer alternativa viável que contribua para resolver os pontos ainda em discordância.

A UNITA também não respondeu ainda à indigitação do diplomata brasileiro Sérgio Valle e Mello para substituir a britânica Margaret Anstee na mediação do conflito angolano. Poderá mesmo vetar a escolha, segundo anunciou ontem a Vorgan, citada pela agência Reuter. O problema poderá estar relacionado com a nacionalidade do candidato. Na base deste outro atraso pode-

o Governo de Angola dá a aparência da aceitação do recurso à força militar por parte de Jonas Savimbi. E que tal reticência é facilmente interpretada como simpatia pelas táticas e objectivos de Savimbi.

Os constantes adiamentos do recomeço da ronda de Abidjan, a salvaguarda da honra militar das partes e as novas incógnitas sobre a mediação da ONU ocorrem no momento em que a Associação Médica Internacional (AMI) acaba de fazer um primeiro balanço da actividade das suas equipas em Angola.

"Exausta mas visivelmente satisfeita por ter conseguido humanizar a vida de mais de 2500 refugiados no Lobito", a AMI manda dizer isto: "Em Portugal, uma criança de quatro meses pesa seis quilos. No campo de refugiados da Cabaia há crianças de dois anos a pesar 5,5 quilos", de "olhos velhos, sem brilho". ■ F.S.

rão estar as relações política e económicas [diamantes na zona de Malanje e a barragem hidroeléctrica de Kapaná] particularmente fortes entre os governos de Luanda e Brasília, o contencioso que se arrasta entre a UNITA e as autoridades brasileiras desde que o general Péricles Ferreira comandou a primeira Missão de Verificação da ONU em Angola e a continuada venda de armas brasileiras a Luanda.

Em Washington, um grupo de congressistas escreveu entretanto ao Presidente Bill Clinton pedindo o reconhecimento do Governo de Angola. Todos se dizem profundamente perturbados com a deterioração da situação em Angola, exortando o destinatário a reconhecer "o Governo devidamente eleito de Angola e a demonstrar o apoio dos Estados Unidos à democracia em África".

Os signatários afirmam que o não reconhecimento do

Um brasileiro em Angola

PÚBLICO, 11 5 93

O DIPLOMATA brasileiro Sérgio Valle e Mello é a personalidade indigitada para em breve substituir a britânica Margaret Anstee como representante em Angola do secretário-geral das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali — noticiam os jornalistas que têm estado a efectuar a cobertura das conversações de Abidjan, iniciadas há quatro semanas. Actual director-geral dos serviços de repatriamento da ONU, Valle e Mello deverá assumir o seu cargo em Luanda quando for lançada a terceira operação das Nações Unidas em Angola, Unavem III, que irá em princípio mobilizar 15.000 "capacetes azuis". ■

UNITA opõe-se a substituto de Anstee

PÚBLICO, 12 5 93

A UNITA prepara-se para colocar objecções à nomeação do brasileiro Sérgio Valle e Mello para o cargo de representante do secretário-geral da ONU para a terceira fase da missão de verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem III). Fontes próximas do movimento liderado por Jonas Savimbi disseram à Lusa, em Washington, que a UNITA ainda não respondeu oficialmente às consultas da ONU sobre a substituição de Margaret Anstee, actual representante do secretário-geral, por Sérgio Valle e Mello, mas "opõe-se a esta nomeação". A principal objecção da UNITA tem a ver com o facto de Valle e Mello ser cidadão do Brasil, país que acusa de manter relações privilegiadas com o Governo angolano. Anstee, que se encontra actualmente em Abidjan, onde na próxima terça-feira deverão recomeçar as conversações de paz entre o Governo de Luanda e a UNITA, tinha manifestado em diversas ocasiões, nos últimos meses, o desejo de se retirar. A rádio da UNITA tinha-lhe já feito ameaças de morte, mas nessa altura a ONU decidira manter Anstee no cargo para não dar a impressão de estar a ceder a pressões. Entretanto, em Abidjan, uma fonte das Nações Unidas sublinhou ontem, em declarações à Lusa, que o envio de capacetes azuis para Angola só será possível após a assinatura de um acordo de cessar-fogo. ■

Washington vai reconhecer Luanda

PÚBLICO, 15 5 93

O RECONHECIMENTO diplomático do Governo angolano pelos Estados Unidos estará iminente, admitiu ao PÚBLICO uma fonte diplomática portuguesa. O reconhecimento seria consumado independentemente da realização da segunda volta das presidenciais e do resultado das conversações em curso em Abidjan. Segundo a mesma fonte, Gerald Bender, um especialista em assuntos angolanos que acaba de visitar Luanda, é o nome mais provável para ocupar a embaixada, embora se fale também em Eduard Dejarrette, chefe da actual missão americana na capital angolana. Entretanto, em Abidjan, as negociações de paz recomeçaram com um incidente. A delegação governamental abandonou a sala onde ontem ao fim da tarde se deveria realizar a reunião plenária e voltou ao hotel, depois de ter esperado uma hora pela delegação da UNITA, entretanto reunida com a representante da ONU, Margaret Anstee. "Quando a UNITA nos quiser encontrar, a senhora Anstee sabe onde estamos", disse o general Higinio Carneiro. Segundo notícias provenientes de Luanda, a vila de Vakukulu, antiga Cela, na província do Kuanza Sul, teria sido reocupada pelas forças governamentais, que teriam também lançado uma importante ofensiva militar nas províncias das Lundas.

Angola longe da paz

PÚBLICO, 15.5.93

Separatismo lunda

UMA CENTENA de naturais das províncias angolanas de Lunda-Norte e Lunda-Sul avisaram ontem o primeiro-ministro Marcolino Moco de que aquela região poderá separar-se do resto do país, caso não veja satisfeitas as suas reivindicações.

A carta reivindicativa divulgada pela agência Lusa é mais um passo no complicado jogo de ameaça desagregar o que ainda existe de quaisquer estruturas do Estado angolano, numa altura em que na Costa do Marfim vai já no segundo mês o difícil processo de negociações entre o Governo de Luanda e a UNITA.

"Abraçaremos a ideia da divisão do país em império e a sublevação da nossa luta será pior do que a de Cabinda", ameaçaram "os 99 lundas" signatários da missiva, de que foi dado conhecimento ao Presidente José Eduardo dos Santos, aos deputados e aos partidos.

Segundo eles, os ministros

A delegação da UNITA, que voltou quinta-feira de consultas com o líder e com os generais do partido, continuou ontem a dizer que não se retira das posições que actualmente controla em metade do país enquanto não forem desmilitarizados os homens que no seu entender o Governo tem em excesso; e não se verificar a extinção da polícia antimotim, vulgarmente conhecida por "ninjas".

O secretário da Informação, Jorge Valentim, contou ter recebido instruções do Estado-Maior do seu grupo armado para não aceitar o cessar-fogo enquanto não houver "compreensão do Governo". E defendeu o envio para Angola de um forte contingente das Nações Unidas.

"Estamos dispostos a continuar a discutir o tempo que for necessário, para que os observadores elaborem um documento final que satisfaça as duas partes", declarou Valentim, citado pela

não tratam de desenvolver as duas províncias do Nordeste onde se produzem tantos diamantes, mas "muitos deles enriquecem a partir dos recursos da região".

No mesmo dia, em Lisboa, Manuel Domingos, dirigente do Forum Democrático Angolano (FDA), de que muitos quadros são antigos elementos da UNITA, comentou que o drama de Angola "já ultrapassou todos os níveis do bom senso", pelo que seria de regressar ao espírito dos acordos de Bicesse.

Quanto às conversações de Abidjan, disse que as duas partes em conflito demonstram "uma desonestidade e uma falta de vontade sérias", ao nunca mais solucionarem a situação de guerra que se vive em Angola.

Prossegue a intransigência

Na Costa do Marfim, cujo Presidente entretanto foi de viagem até França, as notícias continuam a ser as mesmas de quase sempre: as negociações não andam nem desandam, com a intransigência a prevalecer.

agência Lusa, enquanto a delegação governamental comentava que a UNITA voltara a Abidjan com posições mais radicais, pelo que seria de admitir a ruptura do diálogo.

O Governo de Angola afirmou-se em condições de assinar o documento sobre a possibilidade de cessar-fogo que foi preparado pelos observadores (Portugal, Estados Unidos e Rússia). E não manifestou o desejo de fazer cedências perante as muitas ressalvas que a UNITA está a apresentar.

Na semana passada o representante de Savimbi em Portugal, Adalberto Costa Júnior, explicou ao PÚBLICO que o seu partido continua separado do Governo de Angola por "todas as questões essenciais". E criticara o pouco protagonismo que Margaret Anstee, representante do secretário-geral das Nações Unidas, está a ter nas conversações de Abidjan, deixando que sejam observadores norte-americanos, portugueses e russos a avançar com as diversas propostas, em vez de ser ela própria a fazê-lo. ■

A vingança dos Ovimbundos

EXPRESSO, 15.5.93

JILL JOLLIFFE* no Huambo

DE NOITE a cidade não tem iluminação pública e os faróis do carro iluminam os enormes buracos nas paredes das casas. De dia, a realidade é diferente. Um mês depois de «a batalha do Huambo» ter terminado, a sensação de estarmos numa cidade-fantasma mantém-se, embora existam pessoas na cidade e as coisas funcionem. Ao contrário do que se diz, há médicos e os hospitais estão activados, apesar da falta de medicamentos e do roubo ou destruição de grande parte do material. As freiras, que foram as primeiras a cuidar das vítimas, ajudam ago-

ra o pessoal do hospital, andando silenciosamente de cama em cama, como anjos de misericórdia.

Os alimentos escasseiam e os preços estão a subir em flecha, mas por enquanto ainda não há fome: o Huambo sempre teve fama de ser o celeiro de Angola e continua a haver fruta e legumes. Esses e outros produtos vendem-se no mercado, onde o kuanza continua a ser a moeda usada.

Equipas de moradores limpam os escombros. Mas a cidade está isolada, não só do resto de Angola, como do resto do mundo e essas acções parecem fazer parte de um estranho ritual teatral.

A dura realidade é que, à luz do dia, algumas zonas estão mais destruídas do que nos parecia à primeira vista. Foram tão severamente bombardeadas pelos tanques e pela artilharia da UNITA e do MPLA, e ainda pelos ataques aéreos diários da aviação do governo, que parecem zonas de Londres depois do «blitz». Há tanques queimados nas ruas e o antigo quartel-general da UNAVEM II, instalado em cabanas pré-fabricadas, foi completamente destruído. A UNAVEM estava instalada perto do paiol do governo, a que a UNITA deitou fogo no início da batalha, e agora só resta uma paisagem pós-atômica, onde se vêem al-

gumas pessoas isoladas, transportando sucata em carrinhos de mão improvisados.

Morreu muita gente. Não se pode fazer mais do que uma estimativa, mas, com base nos relatos da UNITA e do MPLA (dando desconto à propaganda) e nalgumas informações recolhidas junto do pessoal do hospital e dos comandantes militares, 12 mil mortos parece ser um número possível. Mas há muito mais gente enlutada. Os feridos continuam a morrer em consequência dos ferimentos e há funerais todos os dias.

O ódio que esteve na origem desta destruição é um motor tradicional de todas as guerras. Em Angola, motiva tanto o MPLA como a UNITA, e a escalada que se verificou a partir de Novembro passado revestiu-se de características de ordem racial. A desconfiança e os agravos entre as duas partes assumiram tais proporções que a menos que a ONU consiga fazer milagres nas próximas semanas — talvez seja impossível voltar atrás. As probabilidades de uma análise objectiva dos factores subjacentes ao conflito são cada vez mais remotas.

Continua na pág. 5

Continuação
da pág. 4

A vingança dos Ovimbundos

IRONICAMENTE, Joaquim Pinto de Andrade, um adversário convicto do extremismo e que foi vítima das diatribes da UNITA, é uma das pessoas que tem falado da necessidade de compreender o fenómeno da UNITA: «Compreendo, até certo ponto, a posição de Savimbi quando apela para que a UNITA exerça a vingança histórica dos ovimbundos, que ao longo da história foram sempre as vítimas de todas as partes», disse em Luanda a um grupo de correspondentes estrangeiros, ainda no período pré-eleitoral.

As rivalidades étnicas são um tema tabu em Angola. Se a UNITA fala delas é acusada de «tribalismo». Mas esta é a questão mais candente para os intelectuais angolanos. Presente-se que não será possível encontrar uma saída para a crise política enquanto essas rivalidades não forem abertamente examinadas e racionalmente discutidas.

Propostas como a de Justino Pinto de Andrade, um primo de Joaquim, que foi mandatário da campanha eleitoral de Daniel Chipenda, são objecto de discussões aceras. Ele propõe que a Constituição angolana institua um sistema parlamentar de duas câmaras que represente não só os partidos políticos, como também as etnias. Não é uma ideia extremista ou herética, pois já é praticada em muitos parlamentos mundiais. Também há quem sustente uma federação que respeite as actuais fronteiras nacionais e permita a coexistência das etnias, ou a versão mais atenuada da descentralização proposta actualmente pela UNITA. Porém, a ameaça permanente do separatismo paira como pano de fundo desta discussão.

Se a UNITA deve ser entendida no contexto de uma revol-

ta dos povos do Planalto, os 55 dias da batalha de Huambo terão de ser interpretados como um ponto de viragem na história dos ovimbundos, tão marcante como a grande derrota que sofreram às mãos da potência colonial, Portugal, depois da revolta do Bailundo, em 1902. Mais de 75 por cento da população de Angola (incluindo quimbundos, ovimbundos e bacongos) é de raça banto. Os ovimbundos são o maior grupo étnico de origem banto e também o mais homogéneo. Segundo Lawrence Henderson, na viragem do século representavam mais de um terço da população, organizada em doze reinos do Planalto, sendo os mais importantes os de Bailundo, Huambo, Bié, Chaca, Galangue e Andulo.

A MEDIDA que os ovimbundos começaram a sofrer a influência cultural portuguesa no fim do século passado, depois da Conferência de Berlim ter acelerado a colonização do interior de Angola, os quimbundos do litoral foram o ponto de contacto com os colonizadores: eles orgulhavam-se do seu papel de intermediários entre os angolanos e os portugueses. Esses contactos deram origem a uma cultura crioula muito rica, que seria em Angola veículo para as ideias políticas e que produziria as primeiras obras da literatura escrita do país. Foi por seu intermédio que as ideias dos pan-africanistas esclarecidos se enraizaram em Angola, dando origem mais tarde ao MPLA.

Esta diferença básica entre as culturas quimbundo e ovimbundo é muito importante para a compreensão da crise de Angola. Representa duas maneiras diferentes de estar na vida.

Os ovimbundos abordam as questões políticas à maneira africana tradicional, considerada pelos quimbundos como primitiva, e têm uma visão do mundo essencialmente rural. Em Luanda os ovimbundos executam geralmente os trabalhos considerados inferiores e, na língua umbundo, são «matumbos», ou seja, burros, em comparação com os seus primos quimbundos, mais esper tos — designados em língua ambaquista pelo termo «mundele», que significa «homem branco» ou, em certas regiões do interior, «homem negro com sapatos». «Calcinha», homem que usa calças, é outro termo umbundo utilizado para designar os quimbundos. Os ovimbundos exprimem nos seguintes termos a acusação da UNITA ao MPLA, que lhe teria roubado votos nas eleições de Setembro de 1992: «Mais uma vez o calcinhas de Luanda enganou o matumbo do Sul.» As calúnias racistas da UNITA, que chamava insultuosamente «São Tomense» ao Presidente José Eduardo dos Santos, têm de ser interpretadas nesta perspectiva.

A guerra luso-ovimbunda de 1902, também designada por revolta do Bailundo, foi a primeira de grande importância no século XX em Angola e saldou-se numa pesada derrota negra. A criação de postos administrativos no interior e a introdução de culturas comerciais provocariam uma erosão sistemática na cultura ovimbunda ao longo do século XX. Aquando da chegada dos portugueses, eles tinham uma economia variada, baseada na criação de gado bovino, na guerra, na apicultura e na cultura do milho. Mas, daí em diante, começaram a depender cada vez mais das culturas comerciais e nasceu um grande proletariado rural. Tinham fama de ser muito maleáveis — adaptáveis —, e daí a sua tendência para a colaboração com o poder colo-

nial contra, por exemplo, os seus irmãos bacongos do Norte. Mas noutras questões eram ferozes e intratáveis. No seu estudo *Angola sob o Domínio Português: Mito e Realidade*, Gerald Bender sublinha o facto dos políticos portugueses da década de 60 terem sido incapazes de compreender a psicologia dos ovimbundos, confundindo essa maleabilidade superficial com uma aceitação dócil do sistema colonial (1).

Depois da independência, em 1975, os ovimbundos continuaram a estar privados do acesso ao poder e, do seu ponto de vista, eram também alvo de discriminação racial e de repressão política: milhares preferiram emigrar a sujeitarem-se ao domínio do MPLA. No decurso desta diáspora, esforçaram-se por corrigir a sua situação tradicional de inferioridade cultural, formando-se em medicina, engenharia e agronomia ou adquirindo habilitações para o ensino.

Em 1993, políticos e diplomatas continuam a ignorar estes fenómenos. «Uma bala na cabeça de Savimbi» é uma solução preconizada com frequência em Lisboa. Noutros casos, e confundindo os desejos com a realidade, dizem que a UNITA de Savimbi está muito dividida e à beira da desintegração, se bem que neste momento (e apesar de existirem divergências latentes) pareça estar mais unida do que nunca, confiante num projecto nacional que ultrapassa o renascimento dos ovimbundos.

A opção da UNITA por uma solução capaz de restabelecer a harmonia étnica, ou por uma solução militar que reforçará as suas piores tendências xenófobas, dependerá em grande medida da sensibilidade desses mesmos políticos e diplomatas.

1) Sá da Costa, Lisboa, 1980, p. 255.

*Tradução de
MARIA DO CARMO CARY

UNITA atrasada

PÚBLICO, 12 5 93

A UNITA atribuiu ontem à «intransigência» do partido no poder em Angola, em comunicado transmitido pela Vorgan, a rádio rebelde, o adiamento das negociações

com o Governo, suspensas a semana passada, que ontem deviam ter recomeçado em Abidjan. A delegação de Jonas Savimbi estava ainda ontem em Kinshasa, e foi essa a circunstância que, segundo a AFP, motivou o não reatamento do diálogo. Em Luanda, o projecto de «protocolo» de Abidjan, negociado há mais de um mês, foi remetido pelo primeiro-mi-

nistro Marcolino Moco para a Assembleia Nacional que agora o deverá analisar à porta-fechada. Uma fonte oficial da Missão de Verificação da ONU disse em Luanda desconhecer oficialmente a nomeação do diplomata brasileiro Sérgio Valle e Mello como substituto de Margaret Anstee na mediação do processo de paz angolano. ■



Uma seleção criteriosa, precedida de comentários, de recortes das principais notícias sobre os países africanos de língua oficial portuguesa e sobre a África Austral publicadas em jornais e revistas internacionais

As dúvidas do Huambo

PERITOS militares põem em causa a afirmação do chefe do Estado-Maior angolano, general Pedro Neto, de que as armas empregues na batalha do Huambo eram armas aceites pela legislação internacional.

Confirmaram também que o avião Pilatus PC-7 que, segundo testemunhas oculares, lançou sobre a cidade uma substância que se assemelhava a gás de nervos está equipado para lançar armas químicas, ao contrário do que afirmou o general Neto.

Eric Arnett, investigador do Instituto Internacional de Investigação para a Paz, em Estocolmo (SIPRI), disse que este gás foi proibido pela Convenção de Genebra de 1925, que rejeita a «utilização, em caso de guerra, de quaisquer gases venenosos ou asfixiantes, e de quaisquer líquidos, materiais e dispositivos do mesmo tipo».

Anna Harlemann, especialista em armas químicas do SIPRI, afirmou que a substância gasosa descrita por testemunhas no Huambo era «possivelmente uma espécie de gás neuroléptico», destinada a ser utilizada apenas contra pessoas e não contra instalações. Segundo disse, o Instituto já recebera outras queixas

de que o MPLA teria utilizado esse gás e outras armas controversas, como o «napalm», em 1985, 1986 e 1989. Aparentemente, a substância utilizada na batalha do Huambo foi ineficaz, pois foi lançada de grande altura.

Arnett disse que as acusações de recurso a armas químicas no Huambo «têm um significado especial pois são as primeiras desde que se começou a recolher assinaturas para a Convenção de Armas Químicas, em Janeiro passado», mais rigorosa que a Convenção de Genebra e que já foi assinada por 143 países, embora só dois a tenham ratificado.

Quanto às armas de fragmentação que mutilaram muitos civis no Huambo, Arnett classificou-as como de «armas atrozes, que infelizmente se tornam cada vez mais comuns nos conflitos militares» — em parte reforçando a afirmação do general Neto de que «são utilizadas convencionalmente em qualquer batalha».

Segundo Arnett, tais armas foram banidas pela Convenção sobre Armas Desumanas da ONU, em 1981, mas a legislação internacional está ultrapassada e os peritos no controlo de armamento estão a tentar torná-la mais rigorosa.

«Embora as bombas de fragmentação sejam muito utilizadas, não seria correcto dizer o inêsimo a propósito do

gás neuroléptico», disse, acrescentando que o único exemplo recente e comprovado da sua utilização foi pelo Iraque, na guerra com o Irão.

Arnett disse também que os Pilatus PC-6 e PC-7 da Força Aérea angolana «seriam uma boa forma de lançar gases contra alvos não defendidos, como qualquer avião de pulverização de culturas», desmentindo a afirmação do general Neto de que o «o avião identificado por fotografia e assinalado como tendo lançado bombas proibidas... é uma aeronave de reconhecimento, que só dispara roquetes anti-pessoais e anti-carro». Arnett acrescentou que o Sukhoi SU-25 que teria lançado bombas de fragmentação sobre Huambo «foi concebido para lançar armas de fragmentação».

O general Neto afirmou que as áreas descritas como residenciais eram de facto postos de comando da UNITA, mas as fotografias e as entrevistas feitas pelo grupo de jornalistas que visitou o Huambo em meados de Abril mostraram que algumas zonas atacadas — nomeadamente o mercado de Canhe — eram alvos exclusivamente civis.

Jill Jolliffe

Saída das cidades trava acordo

EXPRESSO, 15.5.93

«REZE por Angola, porque os próximos dias vão ser cruciais, e um fracasso das negociações de Abidjan terá consequências dramáticas», disse na terça-feira ao EXPRESSO Margaret Anstee, representante do secretário-geral da ONU.

Um mês após o início das conversações da Costa do Marfim, a ONU e os três países observadores dos acordos de Bicesse continuam determinados a esgotar todas as possibilidades de levar o Governo de Luanda e a UNITA a assinarem um cessar-fogo.

«Não se pode falar em última oportunidade, pois, tarde ou cedo, será necessário voltar à mesa das negociações, porque não há solução militar para o conflito», comenta uma fonte diplomática ocidental em Abidjan. Mas, em caso de fracasso, será difícil, durante muito tempo, «voltar a reunir condições tão favoráveis, devido, sobretudo, ao grande empenho dos EUA na preparação e na condução da reunião», acrescenta.

O Presidente da Costa do Marfim, Felix Houphouët Boigny, continua convicto de que a promessa — a rápida conclusão do cessar-fogo — feita no passado dia 26 ao seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Essy Amara, por Jonas Savimbi, será cumprida. Amara disse na quarta-feira que a delegação da UNITA que se deslocou ao Huambo «para consulta» estaria de volta a tempo de concluir as negociações, antes da partida do Presidente Boigny para Paris, prevista para amanhã.

Mas as rocambolescas peripécias da viagem dos homens do Galo Negro, os sucessivos atrasos do seu regresso a Abidjan e a dureza das posições entretanto assumidas pela UNITA através da sua emissora, Vorgan (Voz do Galo Negro), suscitam sérias interrogações sobre as verdadeiras intenções de Savimbi.

A delegação, para não levar consigo Essy Amara e o comandante da UNAVEM — como estava previsto —, alegou que Savimbi não se

encontrava no Huambo e que não havia nas proximidades do local onde o líder da UNITA se encontraria uma pista capaz de receber o avião de Boigny, acabando por fazer sozinha a viagem até Kinshasa. Daí seguiria pelos seus próprios meios até ao ponto de encontro com Savimbi.

Posteriormente, foi noticiado que o encontro tivera lugar na capital do Zaire. Para aumentar ainda mais a confusão, a Vorgan difundiu, a partir da Jamba, entrevistas com Jorge Valentim e outros membros da equipa negociadora da UNITA

«gravadas no Huambo».

Entretanto, a delegação governamental regressou com a luz-verde do Presidente José Eduardo dos Santos e do Governo de Luanda — e com a ratificação do Parlamento.

Com tudo praticamente pronto, a assinatura da paz depende da resposta da UNITA a uma única questão: a saída das suas forças militares das cidades que ocupam (ver quadros ao lado).

Nicole Guardiola

SIM DA UNITA

- Luanda e UNITA rubricam o protocolo e o memorando
- Margaret Anstee informa o secretário-geral da ONU do acordo de princípio sobre a restauração do cessar-fogo
- Prosseguem (em Abidjan) as negociações sobre a calendarização do plano de paz e para a aprovação de 4 anexos (papel da ONU; novo mandato da CCPM; Forças Armadas; polícia)
- Assinatura solene, em Abidjan, dos novos acordos, que constituem conjunto de documentos anexos aos acordos de Bicesse
- Anstee informa a ONU das tarefas atribuídas às Nações Unidas, por consenso das partes angolanas, e do calendário das mesmas
- Secretário-geral faz relatório e recomendações ao Conselho de Segurança
- Conselho de Segurança disponibiliza meios humanos e materiais para nova missão de paz em Angola (UNAVEM III)
- Reorganização da CCPM
- Entrada em vigor do cessar-fogo
- É admitida, nalguns meios, a continuação das negociações noutro local, após uma breve interrupção.

NÃO DA UNITA

- Ruptura das negociações
- Em conferência de imprensa, a sra. Anstee anuncia que informará o secretário-geral do fracasso da reunião e das responsabilidades da UNITA no mesmo
- Conferência de imprensa do porta-voz da delegação governamental, Higinio Carneiro, que pede à comunidade internacional o cumprimento das Resoluções 804 e 811 do Conselho de Segurança (CS) da ONU
- Reunião do CS (antes de 30 de Maio, fim do mandato da UNAVEM)
- Propostas dos observadores: sanções contra a UNITA (isolamento diplomático, proibição da ajuda financeira e militar)
- Proposta de Butros Ghali, drástica redução dos efectivos e do papel da UNAVEM II
- Ajuda económica a Luanda e ajuda humanitária às populações nas zonas seguras sob controlo governamental
- Provável reconhecimento do Governo de Luanda pela África do Sul (encontro Botha-Venâncio de Moura a 6 de Junho, em Windhoek) e pelos Estados Unidos
- Intensificação da guerra

EXPRESSO, 15.5.93

Desolação e miséria é o que se constata numa viagem por Angola e também o que se pode observar na perspectiva do Huambo, onde se teoriza o renascimento dos ovimbundos. Mas a guerra faz-se também, diplomaticamente, em Abidjan, sob o pano de fundo da lenta alteração da política americana para África

A batalha de Abidjan

NICOLE GUARDIOLA enviada a Abidjan

A BATALHA do Huambo durou 55 dias. A «batalha de Abidjan» começou logo a seguir e ainda não acabou, independentemente dos resultados concretos das negociações iniciadas a 12 de Abril na Costa do Marfim, entre o Governo de Luanda e a UNITA.

Ambas as «batalhas», a militar e a político-diplomática, tiveram como objectivo a posse da antiga Nova Lisboa, onde, em Novembro de 1975, Jonas Savimbi proclamara a efémera República Democrática de Angola.

Hoje, a bandeira do Galo Negro flutua sobre o Huambo, e Savimbi diz que a «capital dos Povos do Sul» custou à UNITA demasiado sangue, suor e lágrimas para ser devolvida ao MPLA. Mas, para Luanda, a extensão da administração central a todo o território de Angola é uma questão de soberania não negociável por um governo democraticamente eleito por «todos os angolanos».

E M PORTUGAL, as peripécias das duas «batalhas» foram seguidas com paixão. Como se de «cliques» se tratasse, comentou-se o desempenho dos jogadores, dos técnicos e da equipa de arbitragem. Neste jogo de vida ou de morte, para lá das simpatias, havia, contudo, um conjunto de regras livremente aceites pelas duas partes angolanas no acto de assinatura dos Acordos de Bicesse, de que Portugal é garante — conjuntamente com os Estados Unidos e a Federação Russa.

Com efeito, Bicesse foi assumido pela mais alta autoridade internacional existente — o Conselho de Segurança da ONU — como «única solução para o conflito angolano», e até hoje nenhum dos assinantes angolanos se atreveu a declarar caducos os acordos assinados em Maio de 1991.

Quando a ONU considerou válidos os resultados das eleições legislativas angolanas de 29 e 30 de Setembro de 1992 — que a UNITA já denunciara como «fraudulentas» —, o conflito angolano deixou de pertencer exclusivamente ao foro interno para se situar, internacionalmente, no plano da interpretação e «correcta implementação» dos Acordos de Bicesse. As duas resoluções do Conselho de Segurança — 804 (de 29 de Janeiro 1993) e 811 (de 11 de Março) e a declaração da Tróica, aprovada em

Fevereiro em Lisboa, apontam a UNITA como a principal responsável pela nova situação de guerra e exortam as duas partes a resolver os seus diferendos pela via do diálogo.

De acordo com estas resoluções, a UNITA deve renunciar à luta armada, desarmar as suas tropas, integrando uma parte nas Forças Armadas Angolanas (FAA), e negociar com o Governo — com o apoio da ONU e dos observadores — as condições necessárias ao seu funcionamento como principal partido da oposição, a sua participação efectiva no exercício do poder democrático e na «segurança de todos os angolanos».

Três rondas negociais organizadas por Margaret Anstee — Namibe, Adis-Abeba I e II — tiveram como único resultado a intensificação e o alastramento da guerra.

Governo e UNITA reafirmavam que queriam negociar «na base dos Acordos de Bicesse», mas pareciam na realidade mais interessados em obter a condenação do adversário e o triunfo dos seus pontos de vista do que em restaurar um ambiente de diálogo e reconciliação.

Um observador, em Abidjan, comentou que as duas delegações angolanas eram tão diferentes, na composição e modo de ser, que pareciam ter sido escolhidas para ilustrar os dois projectos de sociedade em confronto no conflito angolano e não para estabelecer as bases de uma coexistência e entendimento.

A delegação do Governo, encabeçada pelo ministro Faustino Muteka e pelo general Higinio Carneiro, reunia todos os ingredientes do «melting pot» de Luanda, que formou esta «elite crioula e urbana do MPLA» que a propaganda da UNITA acusa de todos os males de Angola: gente oriunda de todas etnias (incluindo o «umbundo Muteka»), com uma forte maioria de mulatos e

mestiços, bem disposta e decidida a gozar os muitos encantos de Abidjan, entre duas sessões de trabalho.

Monoliticamente negra e masculina, a delegação da UNITA fez questão de oferecer a imagem de uma força compacta, sujeita a uma disciplina quase espartana: declarações estereotipadas, chamadas telefónicas e pedidos de entrevista filtrados e controlados, álcool e mulheres — ao menos aparentemente — «proibidos».

A desconfiança e antipatia mútuas eram evidentes, mas as primeiras sessões de trabalho confirmaram também a existência de divergências muito profundas acerca do objectivo das negociações, não apenas entre as partes angolanas mas também entre estas e a «equipa de arbitragem» constituída por Margaret Anstee, representante do secretário-geral da ONU, e a tróica de observadores.

Luanda queria que a comunidade internacional obrigasse a UNITA a «voltar ao seu lugar de partido derrotado nas eleições», para, em caso de fracasso das negociações, poder dispor dos apoios necessários para resolver o conflito pela força das armas.

Considerando que o quadro político e diplomático lhe era favorável e constituía o seu principal trunfo, a delegação governamental procurou sempre estar em sintonia com os medianeiros, deixando à UNAVEM e à Tróica a tarefa de procurar compromissos.

Da parte da UNITA, pelo contrário, a batalha do Huambo tinha criado uma situação nova e uma relação de forças no terreno diferente das existentes na altura dos Acordos de Bicesse ou dos resultados das eleições de 28 e 29 de Setembro 1992.

«Sabemos que o MPLA ganhou as eleições, mas a UNITA controla hoje 70 por cento do território angolano, e não haverá paz enquanto o MPLA quiser inverter

esta situação», proclamava o general Eugénio Manuvakola, número dois da delegação de Savimbi.

Mais diplomata, o chefe da delegação, Jorge Valentim, queria convencer os medianeiros a serem «mais pragmáticos e realistas», reconhecendo que as resoluções do Conselho de Segurança e da Tróica tinham sido tomadas a partir de «informações erradas e tendenciosas».

O MOTE tinha sido dado pelo próprio Savimbi no seu «discurso da vitória» de 9 de Março. O líder da UNITA tinha então pedido profundas alterações na mediação, exigindo a substituição de Margaret Anstee e lançado graves acusações contra dois dos membros da Tróica — Rússia e Portugal. Falando para um grupo de jornalistas convidados a visitar o Huambo, pouco antes da reunião de Abidjan, Jonas Savimbi tinha avançado as suas propostas de solução do conflito, que consistiam numa efectiva divisão do território angolano, com o envio de capacetes azuis para fiscalizarem a linha de armistício.

No fundo, Savimbi estava convencido de que a única superpotência do mundo, os EUA, continuava a preferir a UNITA ao MPLA, que as eleições tinham sido um infeliz incidente de percurso também para a Casa Branca e que, quaisquer que fossem as suas simpatias, o Conselho de Segurança, os governos europeus e a Tróica acabariam por seguir as orientações de Washington.

O imobilismo dos EUA perante o agravamento da crise angolana reforçava a tese da manutenção do «statu quo» e do desinteresse de Washington pelo destino dos Acordos de Bicesse.

O novo secretário de Estado, Warren Christopher, tinha problemas mais urgentes para resolver, os responsáveis da política africana da Administração Bush — Herman Cohen e Jeffrey Davidow — continuavam em funções, e o Presidente Bill Clinton tinha adiado o cumprimento da sua promessa de normalizar relações com Angola depois das eleições.

Os estrategas da UNITA cometeram, no entanto, um erro, ao subestimarem os reflexos que a mais importante mudança política nos EUA desde a eleição de Kennedy iria ter em África. Quando, em Fevereiro passado, a co-

Continua na pág. 8

Continuação
da pág. 7

A batalha de Abidjan

missão dos Assuntos Exteriores da Câmara dos Representantes analisou, à porta fechada, a situação no Continente Negro, a política seguida pelos EUA nas duas últimas décadas foi severamente criticada.

Vários especialistas acusaram as administrações republicanas de terem escolhido os seus «amigos» africanos exclusivamente numa óptica de confrontação Leste-Oeste e de terem apoiado — à revelia de todos os princípios morais e democráticos —, regimes ditatoriais e pequenos tiranos odiados pelos respectivos povos.

Os resultados desta política — argumentaram — estão à vista no Zaire, na Libéria ou na Somália, e exigiram a adopção urgente de critérios mais adequados ao novo contexto internacional, sob pena de todo o continente mergulhar no caos e na anarquia.

Alguns dos novos conselheiros da Casa Branca acham que os EUA deveriam deixar de considerar a África «um continente perdido» ou de limitar as suas intervenções a acções pontuais de duvidosa eficácia, como na Somália. Salientam que o continente pode contribuir para ajudar a economia americana a recuperar o fôlego perdido, oferecendo às empresas norte-americanas enormes reservas de 52 matérias-primas estratégicas, um mercado potencial de 700 milhões de habitantes e óptimos portos de escala ao longo das principais rotas marítimas do comércio mundial.

Os critérios a aplicar para as relações com os países africanos deveriam, em consequência, ser os mesmos que para os países ex-comunistas do Leste e visar os objectivos seguintes: favorecer a estabilidade política e social, a defesa dos direitos humanos e a economia de mercado.

Segundo estes parâmetros, Angola é um bom candidato ao papel de interlocutor privilegiado dos EUA, e o passado comunista do MPLA perde significado.

A opinião americana não estava, porém, preparada para uma mudança tão brusca em relação a uma política de anos. Em Maio de 1991, o então secretário de Estado, James Baker, começou por qualificar de «exemplares» os Acordos de Bicesse, vendoneles «a prova de que a democracia pode ser construída onde só existiam

desconfiança e destruição».

Mas na óptica da Administração Bush, a paz e a democracia em Angola decorriam em larga medida da pressão militar exercida pela UNITA e do apoio dado por Reagan a Savimbi e aos seus «combatentes da liberdade».

Não era fácil explicar à opinião americana, ano e meio mais tarde, a derrota eleitoral da UNITA e a transformação de Savimbi em «vilão» incapaz de respeitar as regras da democracia. E, para Cohen e Davidow, era quase uma questão de honra pessoal e profissional continuar a justificar as opções feitas em Angola antes de Setembro de 1992.

Pressionado no sentido de reconhecer o Governo de Luanda, Clinton resolveu adiar a decisão, para dar «uma chance à paz» e dispor de um instrumento de pressão que obrigasse o Governo a respeitar os direitos da UNITA e da restante oposição, impedindo o regresso a um sistema de partido único.

A UNITA interpretou esta «moratória» como um incitamento ao acentuar da pressão militar sobre Luanda, que culminou com a tomada do Huambo. Mas alguns dos mais fiéis aliados africanos de Savimbi aperceberam-se dos perigos do crescente isolamento internacional da UNITA. O «velho sábio» Houphouët Boigny avisou que o tempo começava a escassear quando se tratava de converter os trunfos militares em dividendos políticos e prontificou-se a organizar, em Abidjan, o encontro entre a delegação da UNITA e os altos funcionários do Departamento de Estado de que resultou a convocatória de uma nova ronda de negociações entre o Governo e a UNITA na Costa do Marfim, sob os auspícios da ONU e com uma agenda elaborada conjuntamente pela UNITA e pelos americanos.

A «batalha de Abidjan» começou, efectivamente, a 12 de Abril, e na sessão inaugural o ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa do Marfim, Essy Amara, insistiu na necessidade e urgência de um cessar-fogo.

O secretário-geral da ONU, na mensagem que dirigiu a todos os participantes, reafirmou que Bicesse era o único plano de paz para Angola e que «a continuação do envol-

vimento da ONU» dependia «dos resultados de Abidjan».

A UNITA ficou desorientada quando as suas teses foram rejeitadas pela ONU, pela Tróica e pela Costa do Marfim, que continuou a pressionar a favor de um cessar-fogo imediato. Por momentos, o líder da UNITA pareceu disposto a ceder, mas recuou perante as implicações práticas de um «Protocolo de Abidjan». Retirar-se do Huambo? Nunca!

Os amigos americanos da UNITA saem de cena — Davidow deve ser o próximo embaixador dos EUA na Venezuela, e Cohen foi indigitado para as mesmas funções na Suíça —, e o novo assessor de Clinton para os Assuntos Africanos, Jerry Bender, é suspeito de simpatias pelo MPLA: fez 19 viagens a Angola desde 1985, e a sua mulher, Tamara Levine, traduziu obras de Luandino Vieira e Bernardo Honwana.

A UNITA sente-se vítima de uma conspiração internacional e mostra-se disposta a resistir «outros 16 anos, se

for preciso», até que a guerra e a crise económica e social obriguem o MPLA a ajoelhar-se.

Os angolanos estão de tal maneira habituados a viver em guerra que a nova escalada bélica pode demorar meses a produzir efeitos políticos. Entretanto, o Governo de Luanda já começou a receber as contrapartidas do seu «bom comportamento», sob a forma de material de guerra. Denunciou unilateralmente a cláusula do «triplo zero» — o embargo completo de fornecimento de armas às duas partes imposto por Bicesse —, e a comunidade internacional não tem argumentos para impor a continuação de um embargo que foi decidido para consolidar um cessar-fogo que não está mais em vigor. As Nações Unidas, por seu lado, parecem firmemente determinadas a não se empenharem mais a fundo em Angola sem provas concretas da vontade de paz das duas partes.

Quando terminar a «batalha de Abidjan», só haverá um vencedor: Angola. ■

EXPRESSO, 15.5.93

Governo contra-ataca

FACE ao impasse negocial em Abidjan e aproveitando o início da época do cacimbo, o Governo parece apostar cada vez mais nas armas para reduzir a força da UNITA. «De agora em diante não haverá mais recuos por parte das FAA», disse ao EXPRESSO uma fonte do Ministério da Defesa.

As tropas angolanas desencadearam uma ofensiva em direcção ao Huambo, a partir da província do Kuanza-Sul, e transformaram as localidades do Cubal, na província de Benguela, e de Caluquembe, na Huíla, em zonas de contenção à progressão dos rebeldes.

Simultaneamente, as tropas governamentais estão empenhadas na formação acelerada de novas unidades especiais e na reorganização das tropas através de um novo reordenamento das frentes militares. «O objectivo é aniquilar os homens de Savimbi nas suas linhas mais avançadas no sul do país», disse a mesma fonte.

A par deste reordenamento militar, o Estado-Maior das FAA enviou há dias cinco delegações à Europa Ocidental e do Leste, Médio-Oriente, Ásia e Brasil, para comprarem armas. Uma fonte diplomática disse ao EXPRESSO que a presença de Lopo do Nascimento em Pequim poderá igualmente ser aproveitada por Luanda para obter novos créditos e jogar com a influência chinesa na região.

Na sua tentativa de isolar militarmente a UNITA, o Governo angolano sente-se encorajado pela reabertura, segunda-feira, da representação sul-africana em Luanda e pelas garantias que Pretória terá dado de que «apertará» o controlo do tráfego aéreo, para bloquear o fornecimento, pelos sectores privados sul-africanos, de qualquer tipo de apoio aos rebeldes.

A aposta em novos mercados, depois de o Governo ter sido recentemente burlado num negócio de armas ligeiras na Nigéria, é justificada pela ala mais radical do regime com a necessidade de «não dar mais tréguas ao inimigo, que tem de sair das cidades que ocupa a bem ou a mal».

Gustavo Costa correspondente em LUANDA

Ruínas de guerra

CELESTINO AMARAL enviado a Angola
EXPRESSO, 15 5 93

A MEDIDA que a cidade vai ficando para trás, cresce a desertificação da paisagem. Ainda não percorremos 20 quilómetros desde que deixámos o centro de Luanda, em direcção ao Norte, e tudo subitamente se transformou. É como se tivéssemos entrado noutra mundo, que mais parece um cenário criado para um filme de guerra, com os actores e figurantes aproveitando um intervalo das filmagens para descontrair e recuperar forças para a próxima cena.

Dirigimo-nos para as Mabubas, uma importante barragem há pouco recuperada pelo Governo e agora ocupada por uma força do exército. Para trás ficou o Roque Santeiro, um gigantesco mercado diário, «ex-libris» da cidade e do comércio paralelo, a zona industrial da Petróleo e os seus milhares de desempregados sentados à sombra dos muros semidestruídos, e o Cacuaco, antiga zona pesqueira e de lazer cidadão agora inacessível a civis.

A estrada rasga campos por completo abandonados, a que as chuvas recentes emprestaram um verde que insinua prosperidades agrícolas desaproveitadas. Alguns jovens militares, de uniforme castanho-escuro, armados uns e desarmados outros, desviam-se para nos deixar passar. Atravessamos pontes de ferro improvisadas que substituem as originais, destruídas por sucessivas batalhas. Nenhuma barreira militar obriga a parar o jeep em que nos deslocamos. O veículo, do MPLA, é tão conhecido como os dois comissários políticos que viajam nos bancos da frente; o que dispensa a apresentação de credenciais.

A PRIMEIRA paragem é em Caxito, pequena localidade rodeada de sanzalas sem habitantes e ocupada durante cinco meses pelas tropas da UNITA. É aqui que começa e acaba, a norte, a fronteira de segurança de Luanda. Tão perto, se a cidade está a ser atacada, e tão longe em tempo de paz.

Olhando à volta, não se percebe bem se estamos em época de guerra

ou de tréguas. Os escassos civis que percorrem lentamente as ruas têm um ar tranquilo e despreocupado. Mas talvez seja a presença dos militares que com eles se cruzam em permanência que lhes transmite essa aparente calma.

Caxito parece uma cidade-fantasma. As portas e janelas das casas, dos estabelecimentos comerciais, do banco, estão partidas e esburacadas. As antigas sedes da UNITA e do MPLA, as delegações governamentais, os muros e a estrada, exibem o impacto das balas que durante vários meses ali ditaram a lei do terror.

O partido do Governo, que nos proporciona a deslocação e nos guia, organizou bem a visita: três cidadãos estão nos seus postos para nos contarem os horrores da ocupação. Falam de intimidações, de cadáveres a boiar no rio, do roubo de medicamentos e colchões do hospital; explicam, com indisfarçável orgulho, como iludiram as tropas de Savimbi, como dialogaram com os «irmãos» da UNITA e, mais tristes, como estes levaram consigo as mulheres mais jovens, com quem acasalaram, umas pela força, outras de livre vontade.

De vez em quando passam por nós grupos de soldados e de velhas mulheres com os seus panos coloridos e trouxas à cabeça. Todos cumprimentam o «mais-velho» Simão, instrutor de condução automóvel sem instruções, livro de código amarelecido debaixo do braço, palavra fácil e bonita debaixo da língua. As senhoras idosas, com deferência tratadas por «avó(s)», regressam às casas de onde fugiram, rumo a Luanda, no início dos confrontos.

Visitámos o hospital, onde dezenas de mulheres e crianças esperam vez para serem medicadas por enfermeiros improvisados, que diagnosticam o óbvio paludismo, a cólera ou o sarampo. Salmos do estabelecimento, que se distingue do restante casario por não ostentar sinais de balas e exibir um pano com uma cruz vermelha desenhada, com um nó na garganta e a recordação de um cheiro pestilento a sublinhar a imagem de sofrimento dos doentes.

A partir de Kinfangondo, nome mítico de batalhas fundamentais desde o tempo colonial, o cenário transforma-se, mais uma vez, abruptamente. A estrada apresenta-se quase intrasitável e de todo deserta. De vez em quando passa um velho carro militar de onde nos olham interrogativamente. Uma camioneta de transporte de combustíveis jaz à beira da estrada, sem motor. Mais à frente, um jeep do exército com matrícula portuguesa evoca, irremediavelmente parado, outros tempos e outras guerras.

Uma rápida visita às Mabubas, a central transformadora de energia para a capital de momento transformada em fortim, onde os militares, organizados como se estivessem num aquartelamento, se alimentam, todos os dias, do peixe que eles mesmos colhem da barragem acompanhado de arroz cozido. A proibição de fotogra-

far e conversar com os soldados apres- sa o regresso a Luanda.

Deixámos a zona perigosa a alta velocidade, congratulando-nos por não termos sido apanhados no meio de um dos frequentes ataques da UNITA. O ambiente de tensão que se instalara no interior da viatura, durante a viagem de ida, desanuviava-se progressivamente, à medida que passamos as barreiras militares de Kinfangondo e Cacuaco.

DIAS antes, tínhamos estado em Benguela, na Catumbela e no Lobito, onde o ambiente era muito semelhante ao que encontramos na zona de Caxito. Viajando de automóvel entre as três localidades do planalto central, próximas de Huambo, centro de todos os conflitos, depáramos com o mesmo tipo de paisagem humana: grupos intermináveis de mulheres e crianças à beira da estrada e do caminho-de-ferro de Benguela em dolorosa romaria de regresso a lares que não sabem se ainda existem.

Os efeitos da guerra recente fizeram-se sentir mais em Benguela do que em qualquer outra localidade de Angola, à excepção do Huambo. Dos violentos combates dentro da cidade resultou a destruição total de bairros, sedes de partidos, quartéis, automóveis, hotéis e lojas de comércio. O número de mortos e feridos de guerra ainda não é mensurável.

Foi para Benguela, Lobito, e sobretudo Caimbambo, que confluíram quase todos os refugiados da guerra do Huambo. Instalados em tendas, são mais de dois milhões a necessitar de auxílio alimentar de emergência, segundo Philippe Borel, director de Operações do Programa Alimentar Mundial da ONU: 1 milhão e 250 mil por causa da guerra, 344 mil deslocados, 112 mil retornados da Zâmbia e do Zaire e 265 mil afectados pela seca.

O problema dos refugiados, que também se concentram na periferia de Luanda e noutras zonas controladas pelo Governo, a norte, veio complicar ainda mais a já difícil economia de subsistência do país. A acção das diversas organizações humanitárias que operam em Angola, sendo vital, não resolve o problema de fundo: enquanto a guerra não acabar, ninguém pode reorganizar a sua vida. E a agricultura do Sul, que dava de comer a quase todo o país, encontra-se de todo paralisada.

É tudo provisório nas zonas controladas pelo Governo. Nas cidades que visitámos, apenas funcionam os mercados, cheios de produtos enlatados, provavelmente desviados dos contentores da ajuda alimentar, as escolas, onde os alunos envergam imaculadas batas sobre roupas rotas e corpos famintos, e alguns estabelecimentos comerciais, vazios de mercadorias e de fregueses.

A construção ou reconstrução ci-

Continuação
da pág. 9

Ruínas de guerra

yl está parada por falta de materiais, a indústria não labora por não ter matérias-primas para transformar nem energia para movimentar as máquinas, os automóveis não circulam por falta de combustível e de peças para reparação, e transportes públicos, pura e simplesmente, não há.

É POSSÍVEL que Luanda seja a cidade que mais sente a crise gerada pela guerra a que uma Administração, sem meios, é incapaz de fazer frente. O orçamento do país, cuja maior fatia vai, neste momento, para a reorganização e equipamento das Forças Armadas, tem como única fonte as exportações petrolíferas, já que as minas de diamantes e a produção de café, situadas em regiões ocupadas pela UNITA, têm estado improdutivas.

A capital angolana está assente sobre diversos barris de pólvora que podem explodir a qualquer momento. E nem o facto de a Comunicação Social escamotear sistematicamente as acções de sabotagem do grupo de Jonas Savimbi contra objectivos vitais para o abastecimento energético da cidade contribui para acalmar os ânimos dos cidadãos.

As chuvas, que agora começaram a cair, alagaram ruas, inundaram casas, derrubaram árvores, trouxeram consigo doenças mortais. A culpa é atribuída às águas, mas o problema é de falta de saneamento básico, das ruas cheias de buracos, do abandono a que as árvores foram votadas e do lixo que se acumula em todos os cantos.

E, no entanto, Luanda fervilha, durante o dia, de comerciantes de diversas nacionalidades, e, pelo menos alguns deles, fazem grandes fortunas com a guerra. É a lei do salve-se quem puder, num país onde o investimento não tem segurança e, por isso, o que é preciso é ganhar depressa dinheiro que se transforme de imediato em divisas para exportar.

É por isso que o mais próspero

negócio, neste momento, é o do mercado paralelo de capitais — controlado, na sombra, por indianos e paquistaneses sem rosto ou nome. A actividade de câmbio ilegal, praticada à luz do dia, é tão forte que o mesmo dólar trocado nos bancos por 4 mil kuanzas vale, permutado na rua, 14 mil kuanzas.

A situação de penúria generalizada (um jornalista, por exemplo, não tem dinheiro para comprar cigarros) gera um considerável aumento de corrupção e criminalidade que mina as próprias forças de segurança e a Administração do Estado: são frequentes as queixas de proprietários de veículos furtados em parques guardados pela Polícia e os casos em que os assaltantes à mão armada são membros das forças de segurança pública.

O vencimento mais elevado na Função Pública — o único empregador significativo —, correspondente ao salário do Presidente da República, é de dois milhões e quinhentos mil kuanzas, enquanto o mais baixo, para operário não especializado, anda pelos 120 mil. Com a penúria de alimentos e a constante subida de preços, ninguém consegue viver com o que ganha.

Basta dizer, por exemplo, que o pão, subsidiado pelo Estado, vendido nas padarias governamentais a 250 kuanzas, chega ao mercado paralelo, único lugar onde de facto pode ser adquirido, a 2500/3000 kuanzas. E uma refeição de fungi (prato tradicional) para uma família média fica, contas feitas a partir dos preços do mercado de S. Paulo, em 185 mil kuanzas — mais do que ganha um operário num mês de trabalho.

Não admira, por isso, o aumento da marginalidade violenta entre a população civil, com a Polícia a dar uma ajudinha, e da corrupção no próprio aparelho de Estado. Cada grupo económico estrangeiro a operar em Angola tem o seu contacto no palácio presidencial ou nos gabinetes ministeriais onde se tomam as grandes de-

cisões. De tal maneira que se pode dizer que as facções ou grupos políticos que se digladiam no partido do poder o fazem mais pelos interesses económicos que defendem do que por motivações ideológicas.

NUMA coisa, no entanto, parecem estar todos de acordo: a solução para Angola passa por uma forte ofensiva militar contra a UNITA. É assim que todos se preparam para a guerra. E ninguém parece acreditar já na democracia, palavra que aqui é sinónimo de guerra.

Em Abril passado, o influente «The New York Times» definia assim, em editorial, a situação: «Savimbi insiste em que os rebeldes eram democratas e reclamavam a oportunidade de votar contra o Governo esquerdista. Conseguiu o que queria, em Setembro, mas ao perder a primeira volta desistiu da segunda e voltou à luta com ferocidade. Savimbi foi capaz disso porque a UNITA enganou os termos do cessar-fogo, fingindo desmobilizar-se. Manteve uma tropa de 30 a 35 mil soldados, enquanto o Governo, que totalizava três vezes mais, cumpria o acordo e reduzia o exército a 10 mil. Os êxitos da UNITA, assim, resultam da traição e não da coragem.»

Os resultados das eleições em Angola são trágicos: mais de 500 mil crianças mortas pelo reacender da guerra, surtos epidémicos de doenças diarreicas agudas e dois milhões de refugiados. Independentemente de quem tenha a culpa deste estado de coisas, ao que tudo indica insanável nos tempos mais próximos, a verdade é clara: não é fácil a um país que viveu 18 anos em regime de partido único adaptar-se às virtudes europeias do pluripartidarismo. Sobretudo quando a comunidade internacional, que apoiou os agentes da «viragem democrática», não encontra resposta para repor a legalidade saída das eleições. ■

“Capacetes azuis” prontos para Angola

PORTUGAL, a Austrália e dois países sul-americanos disponibilizaram já perto de 6000 homens (3500 operacionais e 2500 de logística e apoio) para o contingente de “capacetes azuis” que a ONU deverá enviar para Angola logo que se chegue a um acordo sobre o cessar-fogo naquele país — disse ao PÚBLICO fonte militar, em Lisboa.

Dois batalhões, respectivamente de pára-quedistas e de fuzileiros navais, são o potencial contributo português para a fiscalização da paz em Angola, caso o Governo de Luanda e a UNITA sejam capazes de ultrapassar

tudo o que os divide e de concordar finalmente na interrupção das hostilidades, depois de cinco semanas de conversações em Abidjan.

Ontem à noite, naquela cidade da Costa do Marfim, estava convocada mais uma sessão plenária das negociações, para as duas partes tentarem um compromisso sobre a retirada dos militares de Jonas Savimbi das cidades que ocupam e que lhes garantem o controlo de pelo menos metade do país.

Na véspera, o Conselho de Segurança das Nações Unidas manifestara-

se “profundamente preocupado” com a persistência das tensões em Angola e esperanças em que as conversações de Abidjan levassem a um bom desfecho “o mais depressa possível”.

Horas antes disso, o secretário-geral Butros Butros-Ghali pedira aos representantes de Luanda e da UNITA que redobrassem de esforços para se conseguir a paz. E reafirmara a sua plena confiança na britânica Margaret Anstee, que o representa no processo angolano, embora confirmasse que está já a pensar na hipótese de um substituto: “Manifestou há algum tempo o desejo de ser libertada das suas responsabilidades.” Mas não confirmou oficialmente o nome do brasileiro Sérgio Valle e Mello, que tem vindo a ser adiantado em meios diplomáticos. ■

**NÃO DEIXE
DE ASSINAR**



Suspensas as negociações de Abidjan

ONU encosta Savimbi à parede

Jorge Heitor

As Nações Unidas estão mesmo a perder a paciência no caso de Angola e já não conseguem ser muito diplomáticas quando se dirigem, em especial, à UNITA, considerada nesta altura o principal obstáculo ao restabelecimento da paz. A iminência da ruptura paira há vários dias sobre as conversações de Abidjan.

A ONU, que há cinco semanas preside na Costa do Marfim a negociações para o fim da guerra em Angola, saiu ontem de quaisquer veleidades de isenção diplomática e "intimou" um dos beligerantes, a UNITA, a assinar sem mais delongas o protocolo de acordo elaborado por representantes de Portugal, Estados Unidos e Rússia.

O secretário-geral da organização, o egípcio Butros Butros-Ghali, dirigiu nesse sentido uma "mensagem pessoal"

(quase um ultimato) ao presidente do partido derrotado nas eleições gerais de Setembro do ano passado, Jonas Malheiro Savimbi — anunciou à imprensa o porta-voz das Nações Unidas para a questão angolana, que é o brasileiro João Lins Albuquerque.

"A ONU recusa-se a encarar a hipótese de uma rejeição por parte de Savimbi" — disse João Albuquerque, braço direito da diplomata britânica que em Angola representa Butros-Ghali, a sexagenária Margaret Anstee, cujo papel neste processo tem sido particularmente doloroso.

O Governo de Luanda, que nas últimas semanas tem geralmente conseguido fazer o papel de cordeiro e entender-se bem tanto com a mediação onusina como com os observadores portugueses, norte-americanos e russos, já declarara aceitar na globalidade o protocolo das conversações de Abidjan e o memorando de explicação que o acompanha.

Diálogo de surdos

A atitude das Nações Unidas, ao intimarem ontem a

UNITA a deixar-se de manobras dilatórias e ao suspenderem uma vez mais as negociações, à espera de resposta, surgiu quando o autêntico diálogo de surdos iniciado dia 12 de Abril na Costa do Marfim estava prestes a entrar na sua sexta semana.

O que Margaret Anstee tenta agora conseguir — pouco antes de findar a sua espinhosa tarefa e de passar a bola a outro diplomata porventura com mais sorte — é que se rubriquem o mais depressa possível protocolo e memorando, que haja portanto acordo de princípio para a restauração do cessar-fogo que há sete meses havia em Angola e que prossigam depois as negociações sobre a completa normalização da vida angolana.

Se a posição dura de Butros-Ghali resultar e se a senhora Anstee lhe puder comunicar nas próximas horas que se ultrapassaram finalmente os obstáculos em que as duas delegações têm vindo desde há semanas a tropeçar, vai depois ser definido o papel da ONU no futuro de Angola, com o provável envio para esse país de perto de 15.000 "capacetes azuis". (Ver PÚBLICO de ontem, 16 de Maio).

As resoluções 804 e 811 do Conselho de Segurança das Nações Unidas prevêm que as forças da UNITA se retirem das

zonas por ela controladas, a começar pela cidade do Huambo, capital da província do mesmo nome, no centro de Angola, território tradicional dos ovimbundos, o grupo étnico de Jonas Savimbi.

A UNITA, porém, tem medo de desistir dos seus triunfos militares e de ficar desarmada perante um Exército e uma polícia que considera instrumentos de repressão do MPLA; pois diz que no fim de Outubro e início de Novembro do ano passado milhares de simpatizantes seus foram chacinados em Luanda, Viana e Malanje.

Só quando a confiança for plenamente restabelecida e o partido de Savimbi se convencer de que não será perseguido pelos vencedores das eleições de 1992 é que será possível recolocar plenamente em vigor, devidamente actualizados, os acordos há dois anos negociados em Bicesse.

O que ontem à noite se receava em Abidjan era que, na ausência de uma resposta satisfatória de Savimbi à intimidação feita por Butros-Ghali, a ruptura do processo negocial se consumasse e as Nações Unidas tivessem de decretar sanções contra a UNITA. ■

UNITA 'surpreendida' com ultimato da ONU

A DELEGAÇÃO da UNITA às conversações de Abidjan declara-se "surpreendida" com a notícia segundo a qual os mediadores da ONU se preparam para suspender as conversações e apresentar um "ultimato" à organização rebelde para que assine o protocolo de acordo final

Contactado por telefone em Abidjan, o porta-voz da delegação da UNITA, Eugénio Manuvakola, disse ao PÚBLICO que as conversações estão num ponto "difícil", mas acusou os negociadores governamentais de "inflexibilidade", nomeadamente ao recusarem que forças regulares estiveram envolvidas nos massacres. Manuvakola disse, no entanto, que não lhe custa acreditar na notícia: "Tudo foi feito para a reunião de Abidjan se transformar num túnel sem saída e obrigar-nos a

EXPRESSO, 17 5 93
assinar um protocolo que nos é desfavorável. Estão a empurrar-nos para a intransigência."

"Se as negociações são entre o Governo e a UNITA, não se pode dizer que esta está a rejeitar o protocolo", disse Manuvakola. "É porque ele é pré-fabricado", afirmou. "A UNITA não tem nenhuma confiança no Governo para entregar os seus peçoços aos algozes."

Para o negociador da oposição armada angolana, que apela "à consciência dos observadores, da moderação da ONU e das autoridades de Luanda", a solução é simples: o Governo deve ser honesto e aceitar que há de facto forças ilegais a lutar ao seu lado e que foram responsáveis pelos massacres na cidade. "Não viemos a Abidjan para assinarmos um protocolo de olhos fechados." ■ F. S.

Kissinger pretende reconhecimento de Angola

PÚBLICO, 17 5 93

O ANTIGO secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger e dezenas de outros estadistas internacionais, reunidos ontem em Xangai, pediram a "todos os países" que reconheçam — e estabeleçam relações diplomáticas (com) — Angola, uma das nações que foram "mais severamente afectadas pelo confronto Ocidente-Leste".

Os ex-Presidentes Raul Alfonsín (Argentina), José Sarney (Brasil), Valéry Giscard d'Estaing (França) e Kenneth Kaunda (Zâmbia) foram alguns dos participantes na sessão do Conselho Interactivo, realizada naquela cidade chinesa, que consideraram dever a comunidade internacional "iniciar o processo de

reabilitação" de países como Angola e o Líbano.

Os antigos primeiros-ministros Takeo Fukuda (Japão), Pierre Trudeau (Canadá), Malcolm Fraser (Austrália) e Lee Kuan Yew (Singapura) tomaram igualmente parte nas deliberações daquela organização, criada em 1983 por três dezenas de políticos já fora do activo, como o alemão Helmut Schmidt e a portuguesa Maria de Lurdes Pintasilgo.

O "apelo de Xangai" surge numa altura em que as Nações Unidas esperam ouvir hoje à tarde, em Abidjan, a última palavra da UNITA sobre a assinatura de um protocolo que facilite o estabelecimento do cessar-fogo em Angola. ■

Bispo da Beira falou de liberdade e moralidade

PÚBLICO, 16 5 93

“Há muita gente a cair em tentação”

César Camacho

As pessoas que regressam ao país não podem ser condicionadas nas suas opções. É o que afirma D. Jaime Gonçalves, bispo da Beira. Referindo-se à corrupção em altas esferas, o bispo diz “que há muita gente a cair em tentação”. E surgem temores quanto às consequências da bipolarização política.

A conferência Episcopal de Moçambique está a ultimar um documento em que é feita a análise do processo de paz no país desde que foram assinados os acordos de Roma, em Outubro do ano passado. É um documento em que se insiste muito na “reconciliação e reconstrução” moçambicanas. D. Jaime Gonçalves, bispo da Beira, diz-se confiante. “Há aspectos no processo de paz que não podemos deixar de considerar positivos. Um deles é a presença da força militar das Nações Unidas.”

O bispo usa uma linguagem muito cautelosa. No capítulo puramente político, há receios quanto à vincada tendência para se continuar no caminho da bipolarização. Frelimo “versus” Renamo. “Há necessidade de dar resolução a certos problemas e é imprescindível que os dois chefes [Dhlakama e Chissano] se encontrem. Há problemas que podem ser resolvidos a esse nível cimeiro. Mas há

outros que “não precisam da bênção dos líderes. O regime pode garantir à Renamo a capacidade logística para se instalar. Esse passo permitirá que as comissões trabalhem e resolvam uma boa série de problemas.” D. Jaime Gonçalves diz que o acordo não pode concretizar-se só por uma das partes “e nenhuma delas deve interpor obstáculos” ao que ambas já acordaram. “Têm que cooperar.”

A Igreja não anda dedicada à política. Tem um drama nas mãos chamado “refugiados”. Para fazer alguma coisa que valha, é imprescindível a cooperação do regime. “O Governo tem uma grande responsabilidade e tem que a assumir. Só assim as iniciativas das organizações religiosas e organizações não governamentais poderão ter eficácia.” Diz o bispo que a Igreja também tem que dar atenção a razões morais: “Os refugiados têm direitos que ninguém pode ignorar. Têm direito à justiça social e essa justiça social não é dar-lhes de comer por esmola.” É uma razão tão simples. “Eles têm direito a regressar às suas terras e a reaver os seus bens, o que deixaram quando foram forçados a partir. Têm direito a recomeçar a vida e não podem ser classificados de forma diferente de qualquer outro cidadão.”

D. Jaime Gonçalves faz uma afirmação que não deixa dúvidas a ninguém. “Os que regressam ao país não podem nunca ser prejudicados no seu direito de opção.” É um recado sério. Não há necessidade de aliciar. “As pessoas têm que ter liberdade para escolher.” Aqui, quando o bispo falou em escolher, a ideia ficou bem explícita. Falou em liberdade democrática. “As

pessoas não podem ser condicionadas. Nem para escolher o sítio onde querem viver, nem a formação política em que queiram participar. Neste campo a Igreja não pode deixar de estar preparada para ajudar a dar respostas.” O prelado fala do auxílio que a Igreja pode prestar no domínio material. É a Caritas a base para a prestação desse auxílio. Sorri para dizer que não promete milagres.

Cair na tentação

Num país onde há tanta gente a morrer de fome é preocupante a ostentação da classe dirigente. Fala-se de corrupção ao nível mais alto do regime. Novo sorriso. Ele tenta ser um moderador de conflitos. “Numa situação como esta, em Moçambique, quando conseguimos chegar à cauda dos mais pobres do mundo, quando não temos alimentação, não temos roupa, quando quase tudo tem vindo de fora, pelo menos até há quatro meses atrás, acaba por aparecer a tentação.”

Faz-se um silêncio. D. Jaime nunca utiliza a palavra “corrupção”. Diz que as organizações humanitárias mandam bens que “acabam por despertar em alguns a tentação em reservarem para si o que devia ser para entregar a outros. Há muitos a cair na tentação”.

A tentação de vender o que chegou aqui para ser dado é enorme. Toda a gente sabe. É preciso haver um controlo, diz o prelado, fazendo um gesto amplo com os braços, sem que se veja aí sinal de credulidade.

No que o bispo acredita é nos sinais de recuperação da economia rural, no seu entender a mais importante. “Se as pessoas tiverem condições para produzir o que precisam para comer, já é um grande passo.” Fala com os olhos num horizonte elementar — a sobrevivência das populações. “Depois destas chuvas já se vê bastante produção de milho e alguns artigos auxiliares. Se a dependência alimentar for reduzida ao mínimo, podemos pensar no futuro.”

Sinais perigosos

D. Jaime Gonçalves referiu-se a uma outra preocupação no seio da Igreja: o fundamentalismo de matriz islâmica. Há sinais perigosos da influência de movimentos religiosos fundamentalistas. “Só tenho referências preocupantes em relação à região de Nampula e Nacala.” Na altura em que o país precisa de se unir para ultrapassar a pior de todas as crises — fome, guerra e desenraizamento de populações inteiras —, o pior que podia acontecer seria a expansão de um movimento com essas características. E a presença de uma corrente fundamentalista em Nacala “é, de facto, preocupante”.

Mas existem outras preocupações: as armas. Milhares de armas. D. Jaime acredita que uma modalidade possível para a garantia mínima da recolha do armamento seria copiar o que os portugueses já fizeram durante a guerra colonial. Premiar a entrega de cada metralhadora ou pistola. ■

Lutero Simango ataca o regime

PÚBLICO, 16 5 93

“O Governo da Frelimo não oferece confiança”

“O PODER controla a rádio, os jornais. Controlando a liberdade de expressão, controla todas as liberdades. Só é dito e escrito o que convém ao regime. E o regime é a Frelimo.” Quem diz isto é Lutero Simango, líder do PCN, Partido da Convenção Nacional. É apolo-gista da instalação de um governo

de transição com competências de gestão e a função primária de preparar as eleições. Tem como apoiantes desta proposta todos os partidos (são logo 12) que se apresentam sempre como “a oposição, não armada”.

Joaquim Chissano discorda da proposta. Diz que é ao Governo

legal que compete preparar as eleições. E governar o país até que “os votos digam” quem vai continuar à frente. Do lado da Renamo a posição é híbrida. Os argumentos da “oposição não armada são válidos”, mas a fórmula para a partilha do poder que está subjacente ao discurso dos líderes é a de dividir por dois.

Os partidos contestam a lei eleitoral. Foi feita pela Frelimo e está ajustada aos seus interesses. Lutero Simango — que é filho de Uria Simango que foi um líder religioso influente em Moçambique — considera que “o Governo não

se tem mostrado interessado em que os partidos emergentes participem na feitura da lei eleitoral”. “Estamos perante um governo comprovadamente incapaz de assumir um compromisso sério com a causa do povo moçambicano e conduzir com a seriedade requerida o processo de democratização da sociedade moçambicana.”

Entre as reservas colocadas há o atraso em promover o recenseamento eleitoral. O acordo entre a ONU e o Governo moçambicano só foi assinado no passado

Continua na pág. 13

PROMESSAS

Tiny Rowlands, director executivo da multinacional britânica LONRHO promete acomodação para a RENAMO em Maputo, enquanto Afonso Dhlakama afirma estar disposto a encontrar-se com Joaquim Chissano, na capital moçambicana.

● TERESA UMA, em Maputo

SÁBADO, 14-20 5 93

Contatos importantes foram realizados na última semana tendo em vista o relançamento do trabalho das comissões criadas no âmbito do Acordo Geral de Paz, paralisadas há dois meses.

Numa viagem relâmpago, passou por Maputo o "boss" da multinacional LONRHO, o britânico Tiny Rowlands, que em fases cruciais do processo moçambicano tem desempenhado um papel "desbloqueador". Quando o ano passado em Roma, se avolumavam receios sobre a impossibilidade da assinatura do Acordo de Paz foi Tiny Rowlands, o homem com variados interesses económicos em toda a África Austral, que publicamente admoestou Afonso Dhlakama por este se recusar a subscrever a Paz.

Agora surgiu na capital moçambicana para um encontro à porta fechada com o Presidente da República, do qual apenas transpirou a sua oferta de conceder acomodação aos homens da RENAMO. Assim, segundo revelou Chissano, grande parte dos representantes da

RENAMO nas várias comissões, poderão regressar à capital do país e instalar-se no Hotel Cardoso, onde a LONRHO detém acções.

Sabe-se que Rowlands é um dos financiadores da RENAMO, particularmente das viagens ao exterior realizadas por Dhlakama, mas desconhecem-se os montantes oferecidos para o actual processo de transformação do movimento armado em partido político.

Na senda da agilização do processo de paz, Aldo Ajello, o representante de Butros Ghali em Moçambique, deslocou-se na última semana a Maringué para um encontro com Dhlakama. Na agenda, os aspectos da logística da RENAMO e a distribuição da ajuda humanitária em áreas controladas pela organização.

De Maringué, nas matas da Gonron-gosa, onde a RENAMO tem o seu quartel-general, Aldo Ajello trouxe a promessa de Dhlakama de se deslocar a Maputo para um frente a frente com Joaquim Chissano. Tentativas anteriores para sentar os dois à mesma mesa tinham ido por água abaixo, com alegações de Dhlakama sobre a "não existência de condições de segurança."

Quanto à casa para o líder da RENAMO em Maputo, o representante da ONUMOZ, garantiu já que tinha sido encontrada uma "solução temporária" enquanto que o Governo afirma que os problemas logísticos estão a ser resolvidos. Há dois meses, os representantes da RENAMO nas comissões de paz, regressaram a Maringué argumentando "não disporem em Maputo de condições como casa, transporte e comida." Tudo indica, no entanto, que

dentro de dias poderão chegar a Maputo 45 dos 70 elementos da RENAMO já nomeados para as referidas comissões. Vicente Ululu, o secretário-geral da RENAMO, já se encontra na capital moçambicana.

Entretanto, está já na forja a assinatura do Acordo Operacional Básico, entre o Governo e as Nações Unidas, tendo as discussões sobre o assunto sido desenroladas em Nova York, na sede das Nações Unidas e em Maputo, num encontro entre Ajello e Chissano.

Situações conflituosas foram já registadas com funcionários da ONU-MOZ e autoridades moçambicanas, devido à inexistência do acordo que permite a livre circulação do pessoal da missão das Nações Unidas em território moçambicano.

OPOSIÇÃO DIVIDIDA. Na sequência da posição de boicote à primeira reunião multipartidária, assumida por 12 partidos da oposição não armada, o Presidente da República veio a público "puxar as orelhas" às formações políticas emergentes, recordando algumas "nódoas" de percurso. Chissano lembrou que políticos como Domingos Arouca, presidente do FUMO e Máximo Dias que lidera o partido MONAMO,

Continua na pág. 14

Continuação da pág. 12

"O Governo da Frelimo não oferece confiança"

dia 13. Esse protocolo destina-se exactamente a encontrar financiamentos internacionais a aplicar nas operações de recenseamento, financiamento dos partidos e financiamento do acto eleitoral. Na questão dos financiamentos aos partidos sobressai nova divergência. O Governo quer incluir na lei um articulado em que chama a si a responsabilidade de, até à realização das primeiras eleições, "determinar as verbas do Orçamento Geral do Estado a atribuir aos partidos".

Simango considera que a actual Assembleia Popular não tem legitimidade para aprovar ou discutir os actos do Governo, sejam eles relativos ao processo eleitoral ou os próprios actos de governação. São argumentos para sustentar a insistência na instalação de um governo de transição. Mas este modelo não tem merecido receptividade quer ao nível da ONU, quer nas chancelarias dos países mais representados no processo de paz — Itália, Inglaterra, EUA, França e Portugal. Um quadro desse tipo acabaria por se transformar em complicação adi-

cional e os observadores encaram a proposta como impraticável.

Simango é apologeta das eleições separadas. Primeiro legislativas, depois presidenciais. Mas não concorda em que seja o Governo a tutelar as operações. O protocolo agora assinado entre o Governo e a ONU já estabelece uma modalidade alternativa. É a criação do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, inspirado no modelo português, STAPE. A dependência orgânica será atribuída a uma comissão nacional de eleições. É aqui que se verifica novo encalhe. Os partidos não querem que esses órgãos fiquem sob a alçada governamental. A razão invocada é sempre a mesma. "O Governo não tem legitimidade."

Esse fenómeno de rejeição agravou-se depois de Joaquim Chissano ter tentado desacreditar a legitimidade de dirigentes partidários como Domingos Arouca e Máximo Dias. Nas celebrações do dia 1º de Maio, o Presidente contestava o direito de Domingos Arouca e Máximo Dias (ver p. 10) se perfilarem na corrida eleitoral. Chissano dizia que um e outro

"usam passaportes portugueses. Optaram por ser portugueses".

Simango tem uma resposta. "Que passaporte usava Chissano quando era exilado? Do Quênia? Perdeu a nacionalidade moçambicana por isso?" Diz que quando o país se está a preparar para realizar "as primeiras eleições livres, com a meta clara de viver em democracia, não há lugar para este tipo de objecções. Cada partido deve estar representado no aparelho coordenador eleitoral e devem-lhe ser prestados meios". Faz outra afirmação: "Neste momento da vida do país não há pessoas neutras. Todo o moçambicano tem um compromisso político. Por isso a comissão de eleições tem que ter representantes de todas as forças políticas. Uma representação proporcional."

Difícil parece ser inventariar o grau de proporcionalidade. Simango responde que a "mensagem do seu partido está a ser transmitida. Que é tudo uma questão de opção. O que não vale é alimentar a ideia da bipolarização". Nesta linha de raciocínio, os partidos que não usaram armas

de guerra "até terão uma estatura moral maior" para falar de paz. "É preciso que os dois rivais da guerra civil se convençam que os partidos não são inimigos. Agora são só oposição, por terem um projecto."

Simango chegou a dizer que o PCN tem até um esboço de programa de Governo e um organograma a que pode chamar governo-sombra. Este engenheiro mecânico, de 38 anos, diz que o desejo "de não ferir a sensibilidade dos outros partidos" leva o PCN a preferir esperar uma oportunidade em que "os objectivos apontem para a conjugação de esforços, visando a reconstrução nacional". Diz que ainda é cedo para pensar em coligações eleitorais mas que há uma certeza: "O facto de se ter sido autor de uma guerra não pode servir de argumento para se ganhar o exclusivo da vida do país." Para Lutero Simango, neste momento, a Frelimo significa o regime e a Renamo "ainda não se juntou à oposição". Quer dizer que Frelimo e Renamo se olham como parceiros, o que não coincide com o pregão do multipartidarismo. ■

África do Sul rumo ao futuro

PÚBLICO, 15.5.93

Neto de Verwoerd vota ANC

Jorge Heitor

Definitivamente, para o bem ou para o mal, a África do Sul já não é hoje em dia aquilo a que nos havíamos habituado há 20 ou 30 anos. E só por isso é que podemos ver agora de punho erguido, nos comícios do ANC, o neto do homem que criou os bantustões (reservas para negros) e sob cuja égide Nelson Mandela foi condenado a prisão perpétua.

Wilhelm Verwoerd, de 30 anos, é um sul-africano branco que na quinta-feira à noite aprofundou a sua opção política dos últimos tempos, ao erguer em público o punho direito e cantar bem alto o hino nacional que o ANC preconiza para a pátria multirracial por que sempre se tem batido.

O gesto foi altamente paradigmático daquilo que a África do Sul evoluiu nas últimas três décadas, desde que o avô de Wilhelm, o então primeiro-ministro Hen-

drik Frensch Verwoerd, fortificou ao máximo o sistema do apartheid, retirando o país da Commonwealth, criando territórios especiais para os negros e enviando para a cadeia o actual líder do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela.

Wilhelm Verwoerd foi esta semana o principal trunfo jogado pela força maioritária da sociedade sul-africana, quando se decidiu a entrar em campanha junto da população afrikaner: os descendentes de holandeses e de franceses que na África do Sul haviam criado "uma nova pátria branca" e que — em grande parte dos casos — estão agora muito renitentes em acompanhar as reformas patrocinadas pelo Presidente Frederik de Klerk.

A versão do tema "Que Deus abençoe a África" quinta-feira cantada em Parow, na província do Cabo, foi traduzida do xhosa, língua de Mandela, para o afrikaans por um tal De Villiers, neto do músico do mesmo nome que compôs o hino oficial sul-africano, "Die Stem" (O Apelo).

Autonomia afrikaner

Os brancos não eram muitos no comício de Parow, mas em contrapartida abun-

dava outro grupo populacional que também fala afrikaans: o dos mestiços que constituem uma boa parte dos cidadãos residentes na Cidade do Cabo e sua região.

Um dos objectivos do ANC ao querer fazer propaganda nestas áreas é reafirmar a sua velha doutrina de que não é de modo algum um movimento só de negros, mas sim de todos os grupos étnicos residentes na África do Sul. Pelo que os afrikaners não deverão temer nenhum futuro Governo que venha a ser dirigido por Nelson Mandela ou qualquer outra personalidade da mesma área.

Isto acontece uma semana depois de quatro antigos oficiais superiores do Exército e da polícia haverem aparecido a coordenar uma Frente do Povo Afrikaner, que congrega 20 organizações de extrema-direita e que exige o direito à autodeterminação para os descendentes dos antigos colonos.

O ANC manifestou-se ontem disposto a conferenciar com aquelas organizações, de molde a evitar que as mesmas recorram a métodos radicais, na sua ânsia de conseguir uma administração autónoma quando forem definidas as novas estruturas constitucionais.

O actual Governo da África do Sul tem manifesta-

do o desejo de que seja possível, nos próximos 15 ou 20 dias, concluir acordos multilaterais sobre uma Constituição de Transição, um Conselho Executivo de Transição e uma Comissão Eleitoral. Mas muitas vezes, nestes processos de transição, o ritmo é mais lento do que o desejável; pelo que só o andar dos meses dirá se o país fica ou não em breve com aquelas estruturas, se elimina as desigualdades existentes no campo político e se consegue controlar ao máximo a violência.

Assembleia Constituinte

Se tudo se passar conforme desejam o Partido Nacional, no poder, e o ANC, daqui a um ano haverá eleições para a Assembleia Constituinte, primeiras eleições sul-africanas em que todos os cidadãos adultos terão direito a voto, independentemente da cor da sua pele.

O grupo de Mandela vai tentar conseguir mais de 50 por cento do eleitorado total e o partido do Presidente De Klerk procurar ficar com cerca de um quarto da Assembleia. O que só seria possível se arregimentasse a maior parte dos brancos, mestiços e indianos e, ainda, um número significativo de negros. ■

Continuação da pág. 13

PROMESSAS

ambos até há pouco tempo radicados em Portugal, deveriam renunciar à nacionalidade portuguesa se querem de facto ser representantes das aspirações dos moçambicanos. Na ribalta dos acusados passou também o presidente da

UNAMO, que até agora tem um caso em tribunal sob a acusação de especulação, datado de 1985. Mas segundo a UNAMO, a pena de Carlos Reis foi anulada ao abrigo das leis de perdão, saídas em meados dos anos 80. Todavia, o dirigente da UNAMO terá que renovar junto do Presidente da República a comutação dos efeitos da pena, para se registar como líder de uma formação política. Os pamos da discórdia foram depois retomados pelo partido PADE-

MO, cujo líder, o antigo veterano da FRELIMO, Wejia Ripua, em comunicado divulgado pelos "media" moçambicanos, acusou Máximo Dias de "racista" e de em 1975 ter criado o partido GUMO, cujos objectivos políticos eram contrários à independência de Moçambique. Assim, a aparente coesão demonstrada pelos 12 na primeira multipartidária veio revelar-se frágil com tendência a fazer surgir no seio da oposição vários blocos de pressão e interesses diversos. □

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto; Composição: Gicélia da Conceição e Sônia Maria; Arte-Final: William Neto. - Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução/Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 - 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. - Tel. (021)531-2636 e 531-2000/R. 259, Fax (021)531-2155 - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 (Dólar comercial) - We ask exchange.